

Introdução

Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais

José Vicente Tavares dos Santos
Alex Niche Teixeira
Maurício Russo
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. Introdução - Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais. In: *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*[online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, pp. 13-36. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: [10.7476/9788538603863](https://doi.org/10.7476/9788538603863). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yccrrp/epub/santos-9788538603863.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Introdução

Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais

José Vicente Tavares dos Santos,
Alex Niche Teixeira e Maurício Russo

A série de estudos sociológicos realizados pelo Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, desde a década de 1990, partiu de uma conjuntura política e teórica que nos levou a pesquisar novas questões sociais globais, em particular as dimensões da violência, do crime e do controle social, vivenciando um movimento teórico fecundo, mundializado e inovador de uma prática sociológica na Era da Mundialização das Conflitualidades.

Partimos da relação entre mundialização, conflitualidades e violências como um problema sociológico contemporâneo, pois a interpretação de uma questão social – as violências disseminadas pelo espaço social – possibilita a construção de um objeto sociológico, mediante a ótica espaço temporal da conflitualidade, tecendo uma explicação sociológica da violência, a partir da experiência latino-americana, mas com alcance teórico para várias sociedades contemporâneas, em face à mundialização da violência e da injustiça (Tavares dos Santos, 1999).

O deslocamento do olhar sociológico para a sociedade global possibilitou a passagem para uma sociologia das conflitualidades no processo da mundialização.

Os temas analisados nos estudos sobre conflitualidades indicam que uma sociologia das conflitualidades, no tempo atual, deve ser situada no contexto dos efeitos do processo de mundialização da sociedade e da economia, os quais produzem transformações na estrutura e no espaço social das diversas regiões do planeta, desencadeando novos conflitos sociais e novas formas de conflitualidades. A questão das conflitualidades, das formas de violência, das metamorfoses do crime, da crise das instituições de controle social configura-se pela emergência de lutas sociais protagonizadas por outros agentes sociais com diversas identidades oponentes e pautas de reivindicações.

Ainda mais, o aumento dos processos estruturais de exclusão social pode vir a gerar a expansão das práticas de violência como norma social particular, vigente em vários grupos sociais enquanto estratégia de resolução de conflitos, ou meio de aquisição de bens materiais e de obtenção de prestígio social, significados esses presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea. Estamos em presença de um social heterogêneo, no qual nem indivíduos nem grupos parecem reconhecer valores universais. Esse contexto dá origem a múltiplas lógicas de ação coletiva e a forças sociais diversas, em uma sociedade fragmentada e heterogênea.

Conformam-se novas questões sociais mundiais, seja porque os processos de transformação do trabalho afetam sua característica de integração social, seja pela expansão dos fenômenos da violência difusa, para cuja explicação poderia ser útil o conceito de microfísica da violência (Tavares dos Santos, 2009).

Algumas questões orientam a pesquisa sociológica das conflitualidades: quais as formas de violências que predominam na sociedade contemporânea no século XXI? Quais as origens sociais, econômicas e políticas das violências? Qual a relação entre a juventude e a violência? Como se conforma a crise do sistema de Justiça Penal? Quais os efeitos dos meios de comunicação na disseminação das violências? Quais as experiências inovadoras e as lutas sociais pela cidadania? Qual a matriz disciplinar dos estudos sociológicos sobre as conflitualidades? (Tavares dos Santos, 2002).

Adicionalmente, não estaria nascendo um código de sociabilidade, orientado pela violência? Qual o sentido social da violência? Por um lado, a violência aparece como o excesso, o sem sentido, as incivildades, o extremo ou a margem. Por outro lado, talvez se devesse deixar aberta a possibilidade de um sentido oculto, de uma terceira margem reveladora: não estaria nascendo (surgindo), a partir da linguagem da violência, uma nova norma social, talvez alimentada pelas lutas sociais contra a violência?

Em publicações anteriores, várias dimensões desta agenda de pesquisa foram analisadas. Houve um conjunto de análises sobre sociologia jurídica e a regulação social pelo Direito, no qual duas questões foram tratadas: a especificidade das normas jurídicas e a relação do Direito com o poder.¹ Recentemente, outro conjunto de estudos analisou a “relação entre modernidade, violências e a produção social do medo”; “a crise do sistema de Justiça Penal”; e “a prevenção da violência” e os “efeitos dos meios de comunicação na disseminação das violências”.² A seguir são apresentados os textos que compõem esta obra.

Parte I – A produção social da violência

Os primeiros artigos retomam a relação entre modernidade, violências e a produção social do medo, a qual aparece em contextos de vulnerabilidade social, marcados pela crise das instituições. Presenciamos as inter-relações simbólicas

entre normas sociais, mal-estar e violência simbólica, para cuja disseminação os meios de comunicação de massa contribuem, produzindo a dramatização da violência e difundindo a espetacularização do crime violento, enquanto um efeito da violência simbólica exercida pelo campo jornalístico.

Em “Televisão, hipercrimes e violências na modernidade tardia”, Alex Niche Teixeira analisa as “condições de emergência e a produção da abordagem televisiva sobre a violência criminal tendo como foco os programas que dramatizam crimes reais”. Esses programas têm como características principais a combinação de informação com entretenimento e a possibilidade de interação da audiência por meio de denúncias dos foragidos apresentados. O autor aponta os principais programas, como o alemão *Aktenzeichen XY Ungelöst*, veiculado desde 1967, o inglês *Crimewatch* da BBC, lançado em 1984, *America's Most Wanted*, produzido pela emissora americana Fox a partir de 1988, o francês *Témoin*, nº 1 do canal TF1 e veiculado em 1993, e destaca o brasileiro *Linha Direta*, da Rede Globo de Televisão, que teve início em 1990. Esses programas têm como base “a percepção acerca do crime com uma ameaça a sociedade” e a “ideia de que a comunidade desempenharia um papel importante na tentativa de impor punição aos responsáveis pelo estado de violência na contemporaneidade”. A partir de uma pesquisa longitudinal de dois períodos distintos do programa *Linha Direta*, fazendo uso de uma estratégia metodológica múltipla, como o uso extensivo do programa de análise qualitativa NVIVO8, o autor desvela as estratégias utilizadas para a “dramatização” dos crimes, como a cenografia, as narrativas e os efeitos audiovisuais, os tipos de crimes “dramatizados” e o apelo a “promoção da justiça”.

Margarita Rosa Gaviria Mejia, no texto “Medo ao poder e poder do medo na construção de um território de violência” trata da maneira como é vivenciada a violência no cotidiano de uma localidade destacada pelo alto índice de criminalidade. O estudo visa salientar medos e outras emoções inerentes ao processo de apreensão da realidade, tanto por parte dos sujeitos inseridos diretamente no ambiente dominado pela violência quanto por observadores de “fora”. O pressuposto geral é de que “os temores individuais derivam do clima de insegurança criado pelas ameaças do ‘outro’”. E de que, esses medos são acirrados ainda mais pela falta de controle de tensões e conflitos que dominam o território”. Como condição de realização da pesquisa, colocada pelos informantes “sempre muito receosos a falar sobre o assunto” por receio das repercussões que a divulgação dos dados pudesse ter, a autora não revela com precisão a localidade da região metropolitana de Porto Alegre onde o estudo de campo foi desenvolvido.

Parte II – Juventude e Violência

Aqui são analisados os fenômenos da violência contra e na escola, a fim de conhecer suas causas econômicas, sociais, políticas e culturais, em comparação

com outras sociedades contemporâneas. São abordados tanto os atos contra o patrimônio das escolas como os atos contra as pessoas que trabalham e estudam na instituição, sem perder de vista a relação da escola com as particularidades culturais dos grupos que compõem o espaço social local, bem como a violência simbólica do saber escolar.

A escola reluta em alcançar um relacionamento capaz de incorporar demandas diferenciadas e distintas da matriz disciplinar oficial, sem o que, porém, dificilmente será reduzida a violência na escola. A fragmentação do espaço urbano se manifesta pela formação de núcleos de populações pobres e miseráveis, para as quais a violência sistemática pode fazer parte de um modo de ganhar a vida e de viver socialmente. Agravam-se as condições de exclusão pela trágica condição da juventude na América Latina. As maiores vítimas, mas também a maior proporção de autores de atos violentos está entre os homens jovens. O alvo preferencial dessas mortes compreende adolescentes e jovens adultos masculinos, em especial procedentes das chamadas classes populares urbanas.

Muitas vezes, os atos de violência representam estratégias de sobrevivência dos jovens: a chamada violência juvenil atual pode ser vista como uma das estratégias de reprodução ou de sobrevivência de setores excluídos. De toda forma, aumentou a proporção de adolescentes, praticantes e vítimas, na criminalidade violenta.

O trabalho de Nilia Viscardi, “Jóvenes infractores: biografías de la exclusión social en Uruguay”, contribui para demonstrar que “la realidad histórica y social posterior a los años setenta mostró el incremento de procesos de fragmentación que afectaron muy especialmente a niños y jóvenes, proceso este que no constituye una característica local”. Neste quadro, a participação de jovens infratores em programas de reabilitação os deixa mais próximos de uma realidade carcerária do que socioeducativa, bloqueando canais alternativos de participação e reinserção. A autora analisa os impactos de tais processos na construção de identidades juvenis, refletindo sobre as possibilidades do Inau (Instituto del Niño y del Adolescente del Uruguay) atuar como agente efetivo de reinserção frente aos problemas vividos por jovens provenientes de setores de exclusão. Em 2005, o Inau atendeu a aproximadamente 60.500 crianças e adolescentes em turno integral, meio turno e jovens infratores. Foram entrevistados 25 jovens, dentre os quais sete foram processados por homicídio, com objetivo de compreender por que os jovens cometem delitos e se submetem e praticam violências das mais diversas.

Em seu artigo “A ‘Casa de Bonecas’: um estudo de caso sobre as adolescentes privadas de liberdade no Rio Grande do Sul”, Rochele Fellini Fachinetto analisa uma unidade de atendimento socioeducativo feminino considerada uma referência no Brasil. A partir das técnicas de observação, entrevistas semidiretivas e análise de documentos, a autora busca reconstruir

o processo de socialização primária e secundária dessas adolescentes. Para o primeiro, foram identificados dois tipos de socialização, associados à dualidade “casa e rua”, que correspondem a uma forma diferenciada de ingresso e submissão a controle no sistema. Esse controle se dá mais intensamente no processo de socialização secundária das jovens, na tentativa de internalizar um modelo de “mulher” distinto daquele construído na socialização primária. Um modelo “socialmente aceito, que direciona a mulher para o âmbito doméstico e privado da vida”. Com relação ao perfil das internas, foi verificada pouca distinção em relação à população carcerária em geral. Entretanto, a privação de liberdade da adolescente “acarreta maior punição do que no caso dos meninos”, pois a menina, assim como a mulher, transgrediu a ordem social em dois níveis: o da sociedade e o da família, de forma que, além da punição pela infração à lei, ela enfrenta o estigma por ter feito algo que não é cabível às mulheres.

Fábio Dal Molin, em “Redes sociais e micropolíticas da juventude”, toma como ponto de partida o filme *Laranja Mecânica* e seu protagonista Alex, para ressaltar o paradoxo da sociedade contemporânea, na qual “por um lado, a juventude é idolatrada e produtora de uma rede de consumo que privilegia suas características: disposição, irreverência, beleza, vigor físico” e de outro, convive com “as estatísticas em relação à violência praticada contra crianças e adolescente”. Outro ponto importante é a incapacidade das políticas públicas de compreender a multiplicidade das culturas juvenis e sua necessidade de ser protagonista de sua própria ação social. Partindo destas ideias o autor traça “uma breve problematização do conceito de jovem e como ele se insere nas políticas públicas, questionando também quem e de que maneira executa as políticas públicas da juventude no contexto Brasileiro”, tendo como universo empírico os jovens do Bairro Restinga em Porto Alegre. O bairro Restinga surgiu de um projeto de urbanização que ficou no meio do caminho e ainda convive com carências de emprego, lazer, educação, transporte e com a violência do tráfico de drogas. Devido a essas características, o bairro foi escolhido, no ano de 2001, para um projeto de segurança pública municipal, cujo objetivo era atrair a população jovem, através de atividades culturais e esportivas, como alternativa ao tráfico de drogas. Este é apenas um entre diversos projetos que coexistem na Restinga, formando uma rede heterogênea em seus objetivos e em suas organizações, mas que buscam se contrapor à letargia do Estado.

Parte III – Do Bandido Social ao Crime Organizado

A disseminação da violência criminal na sociedade brasileira foi acompanhada de uma mudança das formas de delitos. O fenômeno dos bandidos sociais na realidade agrária migra alguns de seus traços para a sociedade urbana, na qual houve o crescimento da delinquência urbana, em especial: a) dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante sequestro) e de homicídios

dolosos; b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica o perfil da delinquência urbana, seja pelas ações do crime organizado, em especial o tráfico de drogas e o comércio ilegal de armas, seja pela difusão do uso de armas de fogo, ambos provocando uma maior letalidade nos atos delitivos; c) a explosão de conflitos nas relações interpessoais, que tendem a desfechos letais.

Os registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada. Há fortes evidências de que o risco de ser vítima de homicídio é significativamente superior entre aqueles que habitam áreas, regiões ou bairros em situação de vulnerabilidade social. Desigualdade social e segregação urbana produzem uma exclusão social marcada pelo desemprego, pela precarização do trabalho, pelo salário insuficiente e por deficiências do sistema educacional.

Márcia Londero retoma a presença do bandido social no Rio Grande do Sul, no texto “Paco: um bandido social da Serra Gaúcha”, um estudo “sobre uma das manifestações rurais camponesas que consideramos decorrente dessa estrutura, no período da República Velha. O fenômeno a que nos referimos é o surgimento na zona colonial italiana de um personagem chamado Paco”, personagem que atua como bandoleiro durante os anos de 1912 a 1930 no interior do Rio Grande do Sul. A autora apresenta a história da vida de Paco, a relação conflituosa com a comunidade local, resultado não apenas de suas atividades criminais, mas possivelmente também de sua origem espanhola em uma região povoada por descendentes italianos. Seu poder baseado numa posição ambígua, ao mesmo tempo de bandoleiro e de líder da sua comunidade de origem, a troca de favores, são alguns dos elementos que produzem “o medo e o respeito dos colonos frente a sua figura” e “vão desencadear no recrutamento de Paco como força política a favor do estado”. Suas relações políticas resultam na impunidade que permite realizar uma série de assaltos e crimes, pois no contexto político da época “era prática do PRR aproveitar-se de valentões para cooptar o apoio eleitoral da população”. Por fim, a autora trata da importância de Paco como bandido social e como ao longo do tempo foi construída e ampliada a ideia de um mito.

O trabalho de Letícia Maria Schabbach, “Pesquisando o crime organizado no Rio Grande do Sul”, volta à atualidade, apresentando “uma proposta metodológica para a análise da criminalidade organizada no Rio Grande do Sul, através da elaboração de um indicador numérico e da (de uma) pesquisa com informantes habituados com esta questão, os delegados da Polícia Civil”. A pesquisa foi realizada tendo como base municípios com 20 mil ou mais habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, presentes em três regiões socioculturais distintas: Colônia Velha, Fronteira e Região

Metropolitana de Porto Alegre. Os dados secundários foram obtidos a partir do Sistema de Informações Policiais (SIP), sobre tráfico de entorpecentes, extorsão mediante sequestro e alguns tipos de roubos, complementados com pesquisas de campo nas quais foram entrevistados delegados de polícia de Departamentos ou Divisões da Polícia Civil. Segundo a autora, as taxas de crimes violentos organizados cresceram em quase todo o Estado, os grupos criminais organizados são formados predominantemente de classe baixa e do sexo masculino, com faixa etária entre 14 e 60 anos, dando preferência a crimes patrimoniais, tráfico de drogas, abigeato, furto e roubo de veículos, roubo a carro-forte e estelionatos.

Parte IV – Tensões identitárias nas Polícias

A crise das polícias é marcante. Em todos os países, ainda que em diferentes graus, observa-se a violência policial, a corrupção, a ineficácia na prevenção das violências e a ineficiência na investigação. Existe uma evidente crise do sistema de justiça penal, pois o acesso à Justiça é precário, a seletividade orienta os processos penais e a normatividade da lei não se efetiva.

A organização policial na sociedade brasileira se caracteriza por um campo de forças sociais que se estrutura a partir de três posições: o exercício da violência legítima, a construção do consenso e as práticas de excesso de poder, a violência ilegítima. As relações dinâmicas e combinatórias desses três vetores definem a função social da organização policial no Brasil contemporâneo.

Entre os dilemas da polícia na difícil consolidação da democracia no país, coloca-se a emergência da noção de segurança cidadã, a qual supõe a construção social de uma organização policial democrática, pós-moderna e transculturalista, retomando o objetivo do policial como ofício de uma governamentalidade, não mais apenas do Estado, e do direito de propriedade, mas agora preocupado com as práticas de si, emancipatórias, dos grupos de cidadãos e cidadãs em suas vidas cotidianas. A questão policial configura os desafios da passagem para outro padrão civilizatório na sociedade brasileira.

O artigo de Dani Rudinik, “A Polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito”, apresenta “a Polícia como instituição de controle social típica de sociedades complexas, como as desenvolvidas a partir do século XVI, quando do surgimento dos Estados modernos”, diferenciando as atividades de policiamento da Polícia, propriamente dita, enquanto instituição, *a priori*, de controle da criminalidade e reguladora da vida em sociedade. No entanto, “funções de policiamento” já eram exercidas historicamente por grupos privados, assim como a principal tarefa atribuída à Polícia, isto é, o “combate à criminalidade” é apenas uma dentre outras realizadas. A única certeza é que “assim como as Polícias de todo mundo, a brasileira precisa de reformas para estar adequada às necessidades da sociedade, às funções que das corporações se exigem na modernidade tardia”. A Constituição Cidadã de 1988 manteve, em linhas

gerais, a estrutura das polícias, embora diversas propostas apontassem na direção da desmilitarização e da unificação das polícias, foram abandonadas devido ao forte *lobby* das polícias militares. O resultado é que “a Polícia brasileira preserva a perspectiva de que sua atuação é na área criminal, de ‘combate’ à criminalidade”. Apesar de mais de duas décadas de redemocratização, nenhum governo, seja de direita, de centro ou de esquerda teve força política suficiente para realizar uma mudança substancial nas instituições policiais. Urge a necessidade de repensar a Polícia, adequá-la ao Estado Democrático de Direito.

Márcia Esteves de Calazans propõe o estudo dos “Policiais Migrantes” a fim de analisar a construção das identidades profissionais de policiais militares na transição de atividades profissionais baseadas no policiamento ostensivo repressivo para atividades desenvolvidas no policiamento ostensivo preventivo. A partir de uma análise fundamentalmente qualitativa baseada nas técnicas de observação e de entrevistas semiestruturadas em profundidade, foram coletados depoimentos que desvelam a mobilidade e os diferentes trajetos construídos pelos integrantes deste grupo no interior do aparelho policial militar até sua organização atual. Neste sentido, são abordadas as suas vivências profissionais e a rede constituída por estes, a qual dá sustentação à migração e às múltiplas relações que estabelecem com a comunidade de origem – uma atividade ostensiva repressiva – e com a comunidade hospedeira – uma atividade ostensiva preventiva. Para a autora, o não equacionamento “repressão-prevenção”, práticas do método ostensivo-repressivo e inclusão do método de policiamento preventivo evidenciam novos dilemas da profissão policial e do próprio policial. A opção por um programa de ação baseado na perspectiva preventiva foi muitas vezes identificada como “deserção” por parte dos colegas que permanecem nas atividades convencionais de policiamento: “o policial migrante é visto como aquele que abandona seu grupo profissional originário, produzindo efeitos negativos no grupo, traidor que não adere às normas, regras e valores e ainda abandona atributos que legitimam a profissão policial”.

Maurício Bastos Russo analisa a “Violência policial militar em Porto Alegre no início do século XXI” a partir dos dados de Inquéritos Policiais Militares elaborados pela Corregedoria Geral da Brigada Militar entre os anos de 2001 e 2004. O percurso metodológico abrange o exame do perfil dos denunciadores e denunciados e a elaboração de cartografias pelo geoprocessamento das informações sobre o local da ocorrência das denúncias, o que permitiu uma análise comparada desses dados no tocante ao Batalhão de Polícia Militar responsável pela área, assim como em relação às desigualdades socioeconômicas, criminalidade violenta e qualidade de vida. Conforme o autor, “embora não se possa afirmar que exista uma relação direta entre pobreza e violência policial”, os moradores de bairros com maior vulnerabilidade social são os mais atingidos por esta prática. Ainda que os bairros com melhores condições socioeconômicas também sejam locais de

denúncias, a maioria das pessoas vitimadas nesses locais não era residente desses bairros. Percebe-se que os chamados “pequenos excessos” são desconsiderados por aqueles que são responsáveis pelo controle dos policiais militares, ou seja, eles mesmos. O corporativismo, isto é, a tentativa de “proteger” a polícia de um maior controle externo, tem como consequência a impunidade.

O artigo de Naldson Ramos da Costa, “Modelo operacional, violência policial e democracia” mostra como “as organizações policiais no Brasil, ao longo da história, acabaram tornando-se organismos fechados, próximos do Estado e do poder político local, mas distantes da sociedade”. Tendo como universo empírico o estado do Mato Grosso, o autor aponta que a formação policial anterior a 1988 era baseada “no emprego da força; não para dar segurança e garantir os direitos dos cidadãos, mas para ‘declarar guerra’ contra a bandidagem com base numa ideologia militarista”. Esta concepção de segurança não desapareceu com o final do regime de exceção, o retorno do Estado Democrático de Direito ainda não conseguiu eliminar ainda o emprego da força de forma ilegítima, o abuso de poder, a corrupção e outras práticas que agora ocorrem, é verdade, de maneira mais velada, mas ainda continuam fazendo parte do ofício de polícia. Na opinião dos policiais, “o militarismo não tem mais tanta influência dentro das instituições policiais. Hoje, a segurança já está sendo vista, pelo menos por parte da oficialidade, como uma atividade que, na essência, deveria estar voltada para a segurança civil, portanto, do cidadão e não do Estado e de suas elites”. As mudanças na formação policial, o modo de pensar a segurança pública, a organização da sociedade civil, os meios de comunicação de massa são alguns dos elementos que têm contribuído para formar um novo perfil de modelo de gestão e controle social.

Com o texto “Na formação integrada de policiais, o intempestivo, o conflito, a ambivalência”, Rosimeri Aquino da Silva aborda a construção social da homossexualidade na contemporaneidade a partir de uma análise da participação de professores oriundos de áreas humanísticas e de representantes de Movimentos Sociais envolvidos na experiência dos “Cursos de Atualização e Formação de Servidores” da área de segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul. O artigo é um desdobramento da tese de doutorado da autora intitulada “Identidades heterogêneas na contemporaneidade violenta: um estudo sobre uma sala de aula singular”. Os “Cursos” ocorreram no período de 1999 a 2001 e foram considerados “arrojados” na medida em que, além de promover a participação de professores provenientes da Universidade e dos Movimentos Sociais, sujeitos convencionalmente considerados “de fora” do universo policial e das Academias de Polícia, realizaram de modo pioneiro a formação integrada de policiais civis, policiais militares e agentes penitenciários. Todos esses ingredientes colocaram para o processo dos “Cursos” uma potencialidade conflitiva que, ao mesmo tempo, produziu uma experiência única cujos efeitos positivos em termos das

relações entre a polícia e os diversos grupos da sociedade civil, particularmente os mais vulneráveis, fizeram-se sentir no período subsequente. As entrevistas com os protagonistas desse processo indicaram que após esses “primeiros tempos”, houve um retrocesso nos avanços conquistados, observando-se inclusive atitudes revanchistas de certos setores na polícia.

Parte V – Direito e Injustiça

A presença contemporânea de um saber sobre o crime pode ser indicada mediante o desvelamento de um princípio de seleção social que opera na justiça penal, cuja base da argumentação é a noção de indivíduos anormais e patológicos. A ótica de seletividade insere-se como uma tecnologia de poder repressiva, enquanto resposta à violência difusa da sociedade contemporânea, fazendo com que o biopoder regularize a população, estabelecendo diferenças e o poder de vida e de morte. Processa-se, então, a junção entre seletividade de micropoderes e saber sobre o crime.

Uma das consequências da assinalada crise do sistema de justiça penal é a recorrente impunidade. No Brasil, tudo parece indicar que as taxas de impunidade sejam mais elevadas para crimes que constituem graves violações de direitos humanos, tais como: homicídios praticados pela polícia, por grupos de extermínio, ou ainda homicídios consumados durante linchamentos e naqueles casos que envolvem trabalhadores rurais e lideranças sindicais.

Esta parte do livro analisa a crise do sistema de Justiça Penal. A crise do Estado e a aplicação de políticas neoliberais ocorreram também associadas a uma quebra do controle social informal que realizavam família, a escola, os clubes de bairro, a Igreja, as bibliotecas vicinais, entre outros. Porém, a formalidade do sistema de Justiça Penal não conseguiu substituir tais controles sociais.

No estudo “A insuficiência do Direito Penal e a necessidade de se recorrer aos Direitos Humanos”, Umberto Sudbrack recupera a discussão de sua tese de doutorado intitulada “O Extermínio de Meninos de Rua no Brasil – Uma Análise de Política Criminal”. O trabalho examina o fenômeno do extermínio de meninos de rua no período 1985-1995 e mostra como estes, dos quais apenas uma pequena parte acaba praticando infrações, representam uma população de risco para os grupos dominantes da sociedade brasileira. A partir de uma visão histórico-crítica da vida social, política, jurídica e econômica do país, o estudo integra o direito penal, a política criminal, as Ciências Sociais e os Direitos Humanos numa perspectiva interdisciplinar que analisa a política criminal brasileira e relaciona a repressão dos grupos excluídos da população, principalmente no que diz respeito à eliminação física das pessoas tidas como “marginais”, com o autoritarismo do Estado e da sociedade. Deste modo, argumenta pela insuficiência do direito penal como forma de resolver o problema das violações de direitos fundamentais no Brasil, particularmente o direito à

vida, sendo necessário socorrer-se dos direitos humanos, “os quais devem ser exercidos, inclusive, no âmbito da jurisdição internacional e/ou regional”.

Em “Determinantes sociológicas do tempo processual relativo ao homicídio doloso em Porto Alegre”, Gilson Antunes “analisa comparativamente – com recurso à metodologia quantitativa – os tempos de processamento dos casos de homicídio doloso julgados pelo Tribunal do Júri da cidade de Porto Alegre/RS em 2005, verificando a existência nesta instituição de padrões organizacionais desiguais de seleção que determinam o tempo de processamento dos casos no sistema de justiça criminal” a partir de uma amostra de 230 processos. Foram analisados elementos como: o tempo gasto entre a ocorrência do homicídio doloso e sua distribuição forense no judiciário e o tempo entre esta distribuição e a sentença do júri. Informações judiciais sobre os réus absolvidos e os réus condenados, através de categorias como gênero, raça, idade, local de moradia, escolaridade e ocupação servem para testar a hipótese de que “múltiplas desigualdades estruturam o tempo processual”. Se os homens são quase a totalidade dos réus e das vítimas, as mulheres apresentam “um potencial de vitimização de quase duas mulheres vítimas para uma mulher autora de homicídio doloso”.

Aline Winter Sudbrack apresenta, no trabalho “A violência policial e o Poder Judiciário no Rio Grande do Sul”, a “questão dos homicídios praticados por membros da Polícia Militar, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir dos anos 80, até 2007, e a posição do Poder Judiciário Estadual (Justiça Militar e Justiça Comum) a esse respeito”. A investigação, de cunho quantitativo e qualitativo, lidou com fontes primárias e secundárias, tais como processos e sentenças condenatórias e absolutórias, e também entrevistas semiestruturadas com operadores do Direito, incluindo juízes atuais e ex-integrantes das Varas do Júri, juízes da Justiça Militar e promotores e procuradores de Justiça, com atuação em ambas as Justičas. A análise aponta que a maioria dos réus “está na faixa etária de 20 a 28 anos, com escolaridade de 1º grau. Na quase totalidade dos casos são praças, tendo em vista que a eles cabe a ação do policiamento ostensivo”. Em geral, a Justiça Militar condena mais que a Justiça Comum, entretanto, a forma como a pena é cumprida no âmbito Militar tem peculiaridades em relação à execução penal comum. “Os policiais militares temem mais a Justiça Militar do que a Justiça Comum, porque estão tratando com pessoas que os conhecem pessoal e/ou profissionalmente e que são sabedores de sua experiência no ofício de policiais.”

Rodrigo Ghiringhelli Azevedo, em seu texto “Muito além do bem e do mal – a produção do desvio e da reação social como artefatos culturais”, aponta que o dilema central do debate sociocriminológico contemporâneo sobre o comportamento desviante e os mecanismos socialmente constituídos para o controle social se situa na construção do próprio objeto: a oposição entre um ponto de vista objetivista e outro subjetivista. Ao explorar essa relação, o autor

busca reconstruir o percurso das análises sociológicas sobre o desvio, partindo das noções predominantes na primeira metade do século XX, baseadas nas ideias de Durkheim, Merton e Parsons, as quais constituem o modelo sociológico e o horizonte cultural e político das teorias etiológicas do delito. Em seguida, é discutido o surgimento da criminologia crítica nos anos 60, com autores como Howard Becker, e da sociologia do conflito, as quais, orientadas também pela crítica marxista do estrutural-funcionalismo e pela preocupação weberiana com o poder e a dominação em sociedades nas quais se expressam múltiplos interesses conflitantes, se afastam da preocupação com o comportamento desviante considerado em si mesmo. Por fim, o autor salienta o surgimento, na última década, da Criminologia Cultural, a partir de autores como David Garland cujas análises na perspectiva de uma Cultura do Controle associam a modernidade tardia, o último terço do século XX no mundo desenvolvido, a uma série de riscos, inseguranças e problemas de controle social que foram centrais no delineamento das novas respostas frente ao delito.

Parte VI – Prisões e a crise do enclausuramento

Flagrante também é a crise das prisões, evidenciando sua ineficácia na dissuasão das condutas delitivas, bem como a reincidência criminal.

A perspectiva histórica do enclausuramento emerge no artigo de Renato da Luz Medeiros intitulado “Casa de Correção: o cadeião da volta do Gasômetro”. A finalidade é “o resgate desta instituição, que foi o marco do sistema prisional do Estado do Rio Grande do Sul”, buscando “contextualizar a Casa de Correção com os determinantes históricos, geográficos e sociais que legitimaram a sua construção e manutenção por mais de um século na capital do Estado”. Após uma série de contratemplos, em 1855 a primeira parte da obra foi concluída, sendo que o projeto chegou ao fim, inconcluso, em 1888, frustrando o objetivo do império que era dar vida a um “projeto reformador da cadeia que almejava corrigir os indivíduos ‘degenerados’ e devolvê-los ao núcleo social, chegava aos últimos dias do longo período imperial, frustrado e inacabado”. O Governo Republicano que se estabeleceu acreditava que a Cadeia deveria ser funcional e exemplar, e, em 1893, o Presidente do Estado ordenou a construção de celas subterrâneas “destinadas aos presos que se recusavam a seguir a disciplina e a ordem da casa”. Somente no início do século XX, após uma série de mudanças estruturais e organizacionais, a Cadeia Civil da Capital pode implantar uma série de oficinas, presentes no projeto original, com a função de “transformar os indivíduos infratores e ‘degenerados’, em seres úteis a sociedade, aproveitando todo o tempo em que estes permanecessem sob o domínio institucional, para aplicar uma verdadeira operação penitenciária sobre os corpos e as mentes dos condenados”. Seu fechamento, devido a sua falência institucional e material, ocorreu em 1962.

A dimensão presente da crise prisional está no artigo “Apontamentos teórico-operacionais para uma Sociologia das Prisões”, de Luiz Antônio Bogo Chies, que tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento de um corpus teórico-operativo capaz de atender, no âmbito da análise sociológica, a complexidade multifacetária dos ambientes e dinâmicas sócio prisionais”. O autor parte das principais noções teórico-operativas de Pierre Bourdieu, como recursos analítico-explicativos passíveis de serem aplicados aos contextos socioprisionais, sendo necessário, a partir desta perspectiva de análise, enfrentar algumas questões:

“a) a verificação de uma configuração específica de relações objetivas entre posições; b) a presença de capitais e a influência desses nas posições identificadas, bem como a verificação de capitais específicos numa perspectiva de campo; c) a percepção de dinâmicas de investimento, acumulação e lucros, a partir dos capitais relevantes, que remetam tanto ao sentido do “jogo” específico, como à dimensão peculiar da economia do campo. Também devemos buscar a correlação dos elementos e das dinâmicas sócio prisionais com a noção operativa de *habitus* e com a identificação de dimensões e aspectos simbólicos”.

Uma Sociologia das Prisões, como entendida no texto, contribui com o quadro propiciado pela Ciência do Direito sobre a execução das penas privativas de liberdade, que sozinha não é capaz de dar conta da complexidade de relações que se estabelecem no âmbito prisional.

Parte VII – Prevenção da Violência: as redes sociais

Ao analisar violências, sempre esteve presente desenvolver o âmbito da cidadania, pois alguns conceitos foram fundamentais para fundar a prevenção da violência enquanto uma tecnologia social. Por um lado, o conceito de capital social tem sido fundamental; em seguida, a concepção de centros de atividades informacionais como recurso para prevenção da violência; em terceiro lugar, o cuidado com as armadilhas do corporativismo; e a feliz introdução do conceito de desenvolvimento sustentado neste campo do controle social, o que permite pensar sobre políticas públicas de segurança. Enfim, uma abordagem sobre a planificação retomaria os ensinamentos dos clássicos da sociologia e as grandes experiências do socialismo e do capitalismo do Estado de Bem-Estar Social, desenvolvendo a possibilidade de uma planificação democrática e emancipatória.

O objetivo do texto de José Vicente Tavares dos Santos, intitulado “Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória”, consiste em analisar as experiências de planificação no século XX, com a indicação dos principais períodos e tipos de conformação do planejamento, de acordo com as diferentes etapas históricas, a fim de chegar à problemática das alternativas teórico-metodológicas de planificação e de governamentalidade no processo de construção da cidadania e da democracia para o século XXI. Delineia as potencialidades inovadoras das experiências de

planificação emancipatória, o que poderia ser interessante para o atual processo de construção de políticas públicas de segurança.

Maira Baumgarten desenvolve considerações teórico-históricas sobre as relações entre desenvolvimento capitalista, Estado e planificação, visando subsidiar o debate sobre o papel do Estado e de suas políticas como instrumentos essenciais para a sustentabilidade no mundo social contemporâneo. Discute o conceito de políticas públicas, essencial para a análise da intervenção estatal na sociedade, clarifica o paradigma da planificação moderna e analisa as principais tendências do desenvolvimento capitalista e sua relação com a sustentabilidade do Brasil. Enfatiza a presença, no conceito de desenvolvimento sustentável, de ideias de patrimônio comum (e finito) da humanidade e do reconhecimento de direitos a gerações que ainda não existem, indica uma ênfase na primazia do longo prazo, da sustentabilidade como pré-requisito para as ações dos agentes econômicos, fatores estranhos à dinâmica do mercado. Resulta de seu texto a possibilidade de pensar quão importante seria a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável às práticas de prevenção da violência, um longo caminho a ser percorrido.

O artigo de Beatriz Costa, “Capital Social e prevenção da violência”, desenvolve a análise do conceito de capital social, “de grande relevância na discussão das ações coletivas, mas que tem servido como indicador de vitalidade das sociedades complexas em que vivemos”. O texto realiza uma síntese das discussões produzidas a respeito das concepções de Bourdieu, Coleman e Putnam, autores referência na construção dos principais aportes teóricos sobre o capital social. No entanto, devido à abrangência de situações que podem ser analisadas utilizando o conceito, a sua operacionalização em casos concretos constitui ainda uma dificuldade. Discute-se, ainda, “os benefícios públicos provenientes do capital social apontados pela literatura à luz do interesse pelo associativismo voluntário e seus efeitos sobre as políticas públicas”.

Outra faceta do tema está no capítulo “Informação e prevenção da violência: metodologia de mineração e de centros de atividades”, no qual Gilson Lima apresenta primeiramente uma discussão sobre a abordagem e o entendimento acerca da informação computacional como forma de subsidiar uma visão crítica sobre a possibilidade de construção de centros de atividades informacionais como recurso para prevenção da violência. Diante da emergência das grandes redes digitais de informação, particularmente a Internet-Web, o autor sustenta que as redes têm centros significativos de atividades informacionais e “encontrá-los pode ser a importante e significativa diferença que faz toda a diferença em uma política pública de prevenção da violência”. Uma ferramenta importante nesta tentativa é a mineração de dados, que consiste em um “método operado por um programa computacional que possibilita descoberta de conhecimentos através de procedimentos recursivos e relacionais envolvendo grandes volumes de dados

numéricos, caracteres ou imagens em alta velocidade de processamento”. A partir de três estudos de casos são demonstradas essas potencialidades, as quais envolvem, por exemplo, a antecipação e prevenção de ocorrências violentas segundo perfis de cenários e vítimas, fazendo uso das próprias informações oficiais.

Renato Saul, no texto “A corporação e a fraude do eterno presente”, discute algumas das armadilhas intelectuais que são impostas por especialistas ou por agentes políticos à sociedade para o sucesso econômico e do bem-estar das coletividades. As “fraudes” encontram, em sua composição e delineamento histórico, um ingrediente cuja tessitura contou e conta, em sua difusão e popularização, com o apoio da teoria sociológica. As situações referidas servem para ilustrar as condições efetivas em que se realiza a distinção entre esfera pública e esfera privada e o seu perfil próprio, conforme o momento histórico e as diferentes condições de articulação de uma região ou de um país dentro do contexto da economia mundial. A institucionalização da Sociologia no mundo acadêmico se dá dentro da dinâmica de construção de uma teoria do processo de individualização que se propõe criticamente em relação ao individualismo abstrato emergente nos desdobramentos da formação da sociedade liberal, articulado principalmente em torno da vida econômica. Dentro deste cenário se redefine o sentido estratégico da noção de corporação e de seu valor epistemológico para a construção da teoria sociológica. Daqui brota o princípio que irá dotar a corporação da capacidade de protagonizar tanto a agência privada quanto a agência pública, tornando indiferente a divisão de domínios. A linha dominante na Sociologia segue tendendo a distanciar-se de suas marcas de origem e de seus compromissos históricos com epistemologias contraditórias que balizaram o embate travado entre uma racionalidade de caráter instrumental, associada a resultados práticos imediatos, e uma racionalidade não instrumental, orientada para compromissos éticos envolvidos na evolução do conhecimento da vida em sociedade.

Práticas sociológicas e compromissos sociais

As análises sociológicas apresentadas neste livro configuram momentos de uma sociologia reflexiva, pois percebemos a herança intelectual que nos permitiu construir uma prática sociológica, as continuidades e as discontinuidades do pensamento que nos influenciaram, as oportunidades institucionais que se nos ofereceram, bem como as transformações sociais que há trinta anos têm configurado nossa visão sociológica da sociedade contemporânea.

Este conjunto de trabalhos, aliado a uma compreensão do movimento teórico atual em Ciências Humanas, nos levou a sugerir uma Sociologia da Conflitualidade, cujos delineamentos teórico-metodológicos, desenvolvimento da agenda de pesquisas e demonstração empírica, serão nossas próximas tarefas sociológicas.

A necessidade de construir uma explicação sociológica para as novas questões sociais globais deve ser posicionada no contexto da mundialização da sociedade e da economia contemporâneas e de seus efeitos sobre as transformações da estrutura e do espaço social, nas diversas regiões do planeta. Desenvolve-se um processo de constituição de formas sociais marcadas pelos efeitos excludentes das políticas neoliberais, desencadeando novos conflitos sociais e, por vezes, estabelecendo limites à consolidação da democracia, ao menos nos países periféricos do mundo capitalista. Tal perspectiva permite explicitar uma determinada posição no campo científico que se define pela investigação e explicação sociológica da conflitualidade. Trata-se de demarcar um ponto de vista no embate intelectual da sociologia, capaz de estimular análises rigorosas que retomem da tradição sociológica a vocação de explicar os pequenos e grandes dilemas do mundo social, reatualizando uma imaginação sociológica radical.

Qual a matriz disciplinar dos estudos sociológicos sobre as conflitualidades? No plano teórico, é oportuno reiterar a observação de que se desenvolve “uma abordagem inovadora acerca das várias redes de dominação e de violência presentes nas formações sociais contemporâneas, indicando, ainda, novas possibilidades teóricas para sua compreensão sociológica”.³

A novidade analítica que se revela nos estudos componentes deste dossiê reside em uma perspectiva da complexidade, sintetizada por Edgar Morin:

O método da complexidade pede-nos que pensemos sem nunca encerrar os conceitos, que quebre as esferas fechadas, que restabeleçamos as articulações entre o que está desconjuntado, que tentemos compreender a multidimensionalidade, que pensemos com a singularidade, com a localização, com a temporalidade, que não esqueçamos nunca as totalidades integradoras. (...) A totalidade é simultaneamente verdade e não verdade, é isso a complexidade: a conjunção de conceitos que se combatem entre si (Morin, 1994, p. 150).

Parece estarmos vivenciando um momento de transição paradigmática cuja ruptura epistemológica consiste no denominado pós-estruturalismo, no qual se inclui a crítica do marxismo ortodoxo, do funcionalismo e do estruturalismo. Em outras palavras, a reprodução e a transformação social se abordou desde a reflexão acerca das condições que habilitam a formação de atores capazes de intervir no estado das coisas, capazes de produzir novos sentidos (Sousa Santos, 2000).

A matriz teórica dos estudos sobre as conflitualidades vem sendo composta a partir de uma abordagem geral que se nutre do pensamento sociológico. Uma análise informacional do conjunto de textos desta obra, com o auxílio do *software* NVIVO, permitiu estabelecer um mapa cognitivo dos principais autores utilizados.

Em Marx, foram buscadas análises sobre o modo de produção do social, as relações de classe, as contradições estruturais e as análises históricas do conflito

social e do papel da violência na História. Em Weber, retomaram-se os textos acerca do Poder do Estado – a noção de monopólio legítimo da violência –, da relação entre dominação e legitimação e sobre a burocracia; também foram úteis as indicações acerca dos conflitos sociais. Em Durkheim, foram localizadas as contribuições sobre a divisão social do trabalho, a relação entre norma e conflito, o conceito de anomia, o estudo sobre o suicídio e a concepção do crime como fato social normal.

Porém, este grupo de pesquisa soube buscar algumas contribuições em clássicos da sociologia do século XX, notadamente em Parsons, e na segunda geração da Escola de Chicago, como Erving Goffman, Edwin Sutherland e o construtivismo de Peter Berger. Algumas noções foram buscadas na Sociologia Britânica, desde o brilhante Alan Turing, pioneiro das ciências da computação, as obras históricas de Eric Hobsbawm e as análises contemporâneas de Anthony Giddens e Zygmunt Bauman. Norbert Elias foi um interlocutor privilegiado, do processo civilizatório à compreensão da violência como prática social de um *ethos* autoritário. E, certamente, com a última parte da obra de Octavio Ianni sobre a sociedade global, abriu-se o olhar contemporâneo para a imaginação sociológica mundial.

Houve a incorporação de autores que formulam uma teoria geral da sociedade contemporânea. Pierre Bourdieu ofereceu os conceitos de campo social, das diferentes formas de capitais, de posição de classe e de trajetórias, assim como o conceito de lutas dentro do campo social. A terceira reflexão de Pierre Bourdieu – a miséria do mundo e a produção social da violência simbólica e do estigma (1992-2002) – tiveram relevo para explicar os “sentimentos de insegurança” e a influência dos meios de comunicação nos fenômenos de violência.⁴ Enfim, o deslocamento do olhar sociológico para a sociedade global possibilitou a passagem para uma sociologia das violências e das conflitualidades no processo da mundialização.⁵

Michel Foucault foi importante ao fornecer o marco da sociedade disciplinar, das tecnologias de poder e dos micropoderes, assim como a análise das formas da verdade jurídica e o novo “modo de interpretar a História”. As fontes inspiradoras foram menos os trabalhos da “arqueologia do saber” e mais aqueles publicados a partir de “Vigiar e Punir” (1976), e a retomada da “História da Loucura”, assim como os ensinamentos da “História da Sexualidade”. A ruptura epistemológica de Michel Foucault, presente na genealogia do saber, teve efeitos decisivos, ao indicar um conjunto complementar de conceitos: biopolítica, governamentalidade e lutas sociais específicas. Por consequência, os estudos sobre as conflitualidades expressam a postura epistemológica da “genealogia do poder-saber”, ponto de vista inovador que possibilitou uma releitura dos clássicos e a incorporação dos conceitos de “sociedade disciplinar”, “dispositivo poder-saber”, “governamentalidade” e “biopolítica”.⁶ As noções de

governamentalidade e de biopolítica nos ajudaram a compreender o direito à vida como constitutivo das lutas sociais contemporâneas.

No campo da sociologia do direito, alguns de nossos colaboradores trouxeram a análise sistêmica de Niklas Luhmann. Sobressai, porém, na sociologia mundial, a obra de Boaventura de Sousa Santos, o qual nos alentou com uma nova teoria crítica da ciência e do direito e a perspectiva do pensamento emancipatório.

No campo do controle social, as mais relevantes noções vieram da criminologia crítica de Alessandro Baratta e de Louk Hulsman, do pensamento penalista global de Mireille Delmas-Marty e dos estudos sobre sociologia do policial de David Bayley, Egon Bittner, Herman Goldstein, Jean-Claude Monet, Robert Reiner e Dominique Monjardet. O conceito de campo do controle social de David Garland ofereceu-nos uma configuração interpretativa para analisar muitos de nossos materiais empíricos. E Jock Young nos trouxe a compreensão da sociedade excludente e das vertigens da modernidade tardia.

A publicação de um respeitável e sucessivo elenco de revisões do estado da arte evidencia a maturidade deste campo científico na sociologia brasileira⁷ e latino-americana, bem como um momento virtuoso da Sociologia Contemporânea em constituir uma Sociologia da Violência, nos Estados Unidos e na Europa e, de modo exponencial, no Brasil e na América Latina. Somos tributários de inúmeros autores e autoras que adensaram a compreensão sobre o mundo contemporâneo: Octávio Ianni, José de Souza Martins, Alba Zaluar, Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio Adorno, Michel Misse, César Barreira, Maria Stela Grossi Porto, Claudio Beato, entre outros, que nos ensinam a interpretar as metamorfoses da violência e do crime na sociedade contemporânea.

Estamos vivenciando um momento de transição paradigmática: a reprodução e a transformação social são abordadas desde a reflexão acerca das condições que habilitam a formação de atores capazes de intervir no estado das coisas, capazes de produzir novos sentidos. Destacamos uma maneira de fazer a ciência social, marcada pela preocupação política e pelas lutas sociais, envolvida com as discontinuidades do conhecimento teórico, com a crítica permanente às teorias existentes sobre o objeto, acompanhadas pela investigação metódica da realidade social.

Os resultados obtidos pelas diferentes pesquisas consistem, em primeiro lugar, no estabelecimento da relação entre processos de mundialização e a expansão da violência na sociedade brasileira. As raízes sociais deste processo estão, por um lado, no aumento do desemprego na economia e, de outro, no enfraquecimento das instituições em suas funções socializadoras, bem como na banalização da violência nos meios de comunicação de massa. Como consequência, ocorreu, na sociedade contemporânea, um debilitamento dos laços sociais, um dilaceramento da cidadania, o aumento das violações de direitos humanos e, por fim, a expansão da violência, tanto a praticada por agentes do Estado como a violência disseminada pelo espaço social.

Contra a cultura da violência, realizam-se experiências que tentam desnaturalizá-la, pois o maior obstáculo reside no enraizamento da violência na vida social, uma linguagem na vida social brasileira, o que provoca o temor recíproco; ou seja, o medo constitui hoje um componente da cultura brasileira. Desenvolver a eclosão discursiva das evidências dos atos de violência, mediante a publicização dos eventos em toda sua minúcia, precisão e brutalidade, com o uso irrestrito das novas tecnologias da informação, tem contribuído à instauração de outras práticas sociais.

As tentativas de construção de outros possíveis caminhos societários de relacionamento social, desde o universo do trabalho ao universo da cultura, configuram práticas sociais alternativas. As lutas sociais particulares, as quais colocam em ação conflitiva diferentes grupos sociais definidos não só por relações de classe e de categoria social, mas também por relações de gênero e de raça, sintetizam um movimento de respeito igualitário à diferença.

O objetivo principal de nossas práticas sociológicas tem sido construir uma Sociologia da Conflitualidade, campo intelectual no qual a violência emerge como um processo social e um conceito específico, relacionado às interpretações sobre o processo de criminalização e ao campo do controle social.

No século XXI, o panorama é marcado por questões sociais mundiais, que se manifestam, de forma articulada e análoga, mas com distintas especificidades, nas diferentes sociedades. A densidade dos conflitos sociais, a vivência cotidiana e repetida das diversas formas de violência, o sentimento de mal-estar e de insegurança das populações rurais e urbanas, têm provocado diferentes tipos de respostas das instituições estatais, as políticas sociais e a garantia do direito à segurança. Significa uma crescente preocupação com as transformações políticas do Estado no sentido de um novo contrato social.

As práticas de sociabilidade solidária parecem apontar, do lado da sociedade civil, para a construção de novas práticas do “público”: trata-se de práticas sociais e políticas de produção de uma nova ordem social, ações que vão se gestando nos interstícios da atual sociedade, a partir da exclusão e da precariedade, indicando um campo de possíveis para a montagem de uma cidadania concreta, capaz de dissolver a presença da violência na sociedade brasileira. Este livro realiza uma agenda de pesquisas teóricas e empíricas com o uso de metodologias informacionais, mediante práticas sociológicas que contribuem a uma ampla cidadania mundial.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. “Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade”. In: *Tempo Social*, v. 10, nº 1, p. 19-47, Revista de Sociologia da USP. São Paulo.

- ADORNO, Sérgio. “Violência e Civilização”. In: TAVARES DOS SANTOS, J.V. & GUGLIANO, A. (orgs.). *A Sociologia para o Século XXI*. Pelotas, EDUCAT/SBS, 1999, p. 77-106.
- ADORNO, Sérgio. “Desafios teórico contemporâneos da Sociologia Latino-americana”. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.). *Mundialização e Sociologia Crítica da América Latina (XXV Congresso da ALAS – Associação Latino-americana de Sociologia, Porto Alegre, Brasil, 2005)*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009, p. 173-196.
- BARREIRA, César. *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Campinas, Pontes, 2008.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Fear*. Cambridge, Polity, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- BOURDIEU, Pierre (ed.). *La Misère du Monde*. Paris, Seuil, 1993 (Ed. Brasileira: VOZES).
- BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris, Seuil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Sur la télévision*. Paris, Liber, 1996.
- BRICEÑO-LEÓN, Roberto (org.). *Violencia, Sociedad y Justicia en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2002.
- CASTEL, Robert. *L'insecurité sociale*. Paris, Seuil, 2003.
- CHESNAIS, Jean Claude. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris, Laffont, 1981.
- COLLINS, Randall. *Violence: a micro-sociological theory*. Princeton, Princeton University Press, 2008.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v. I, 1990.
- EAGLETON, Terry. *Sweet Violence: the idea of the tragic*. Oxford, Blackwell, 2003.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. *Sport et civilisation: la violence maîtrisée*. Paris: Fayard, 1986.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir*. Paris, Gallimard, 1975.
- GARLAND, David. *The Culture of Control*. Oxford, Oxford University Press, 2001.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. *Las Nuevas Ciencias y las Humanidades: de la Academia a la Política*. Barcelona, Anthropos/UNAM, 2004.

- GROS, Frédéric. *Etats de Violence (essai sur la fin de la guerre)*. Paris, Gallimard, 2006.
- GROSSI PORTO, Maria Stela. "Polícia e Violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal". In: *São Paulo em Perspectiva*, FSEADE, vol. 18, nº 1, jan-mar. 2004.
- GROSSI-PORTO, Maria Stela. "Elementos para uma reflexão sobre violência no Brasil dos Anos 90". In: *Educação e Sociedade*. Campinas, XV, nº 48, p. 326-337.
- IANNI, Octávio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2004.
- IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1996.
- IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1992;
- JOAS, Hans. *Guerra y Modernidad*. Buenos Aires, Paidós, 2005.
- LECHNER, Norbert. *Las sombras del mañana (la dimensión subjetiva da política)*. Santiago de Chile, LOM, 2002.
- LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia*. Santiago de Chile, FLACSO, 1988.
- LIMA, Renato S. de & PAULA, Liana de (orgs.). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo, Contexto, 2006
- LIMA, Renato Sérgio de. "Produção da Opacidade: Estatísticas Criminais e Segurança Pública no Brasil". Brasília, Coleção Segurança com Cidadania, SENASP, v. 2, p. 48-180, 2009.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso (ensaios de Sociologia da História Lenta)*. São Paulo, HUCITEC, 1994.
- MERTON, Robert K. *Teoria y estructura sociales*. México, FCE, 1964.
- MINAYO, Maria C. Souza. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2006.
- MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2006.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Portugal: Europa-América, 1994.
- MORIN, Edgar. *La Méthode III: La connaissance de la connaissance*. Paris: Seuil, 1986.
- PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates*. Porto, AMBAR, 2001.
- PAVARINI, Massimo & PEGORARO, Juan. *El control social en el fin del siglo*. Buenos Aires, UBA, 1995.
- PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis, Vozes, 2006.
- PINHEIRO, Paulo Sergio; ALMEIDA, Guilherme de. *Violência Urbana*. 2ª ed. São Paulo, Folha de S. Paulo, 2008.

- PINHEIRO, Paulo Sergio; MÉNDEZ, Juan; O'DONNELL, G. (orgs.). *Democracia, violência e Injustiça*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SENNET, Richard. *Respect in a World of Inequality*. New York, Norton, 2003.
- SOFSKY, Wolfgang. *Traité de la Violence*. Paris, Gallimard, 1998.
- SONTAG, Susan. *Regarding the pain of others*. New York, Picador, 2003.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de & MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Porto, Afrontamento, 2009.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto, Afrontamento, 2006.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. *El milenio huérfano – Ensayos para una nueva cultura política*. Madrid, Trotta, 2005.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 2000.
- SOUSA SANTOS, Boaventura et alii. *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o caso de Portugal*. Porto, Afrontamento, 1996.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Violências e Conflitualidades*. Porto Alegre, TOMO, 2009.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.). *Mundialização e Sociologia Crítica da América Latina*. (XXV Congresso da ALAS – Associação Latino-americana de Sociologia, Porto Alegre, Brasil, 2005). Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.). *Violências, Lutas Sociais e Democracia na América Latina*. (XXV Congresso da ALAS – Associação Latino-americana de Sociologia). Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. “The World Police Crisis and the Construction of Democratic Policing”. In: *International Review of Sociology*. Oxfordshire, England, Taylor & Francis, vol. 14, nº 1, march 2004, p. 89-106.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. “The Worldization of Violence and Injustice”. In: *Current Sociology*. London, ISA – International Sociological Association / SAGE, v. 50, nº 1, January 2002, p. 123-134.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades*. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 16-32.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.). *Violências em tempo de Globalização*. São Paulo, HUCITEC, 1999.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. & GUGLIANO, A. (orgs.). *A Sociologia para o Século XXI*. Pelotas, EDUCAT / SBS, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. In: Revista Sociologias – Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, nº 1, janeiro-junho de 1999, p. 10-13.

TAYLOR, Ian. *Crime in Context*. Cambridge, Polity Press, 1999.

WIEVIORKA, Michel. *La Violence: voix et regards*. Paris, Balland, 2004.

WIEVIORKA, Michel. *Neuf leçons de Sociologie*. Paris, Robert Laffont, 2008.

YOUNG, Jock. *The Exclusive Society*. London, Sage, 1999.

YOUNG, Jock. *The Vertigo of Late Modernity*. London, SAGE, 2007.

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ZIZEK, Slavoj. *Violence*. London, Profile, 2008.

NOTAS

¹ Azevedo, Rodrigo Ghiringhelli de. Sociedade, direito, justiça: relações conflituosas, relações harmoniosas? *Sociologias*. Porto Alegre, PPG-Sociologia da UFRGS, 2005, nº 13, p. 16-34.

² Santos, José Vicente Tavares dos. Dossiê “Violências, medo e prevenção”. *Sociologias*. Porto Alegre, PPG-Sociologia da UFRGS, 2008, nº 20, p. 14-18.

³ Tavares dos Santos, José Vicente. “As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo”. In: Revista Sociologias – Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH da UFRGS, Porto Alegre, ano 1, nº 1, janeiro-junho de 1999, p. 10-13.

⁴ Bourdieu, Pierre (ed.). *La Misère du Monde*. Paris, Seuil, 1993 (Ed. Brasileira: Vozes); Bourdieu, Pierre. *La domination masculine*. Paris, Seuil, 1998.

⁵ Hobsbawm, Eric. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro, R. J. Paz e Terra, 1994; Arrighi, Giovanni & Silver, Beverly, J. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro, Contraponto / Editora da UFRJ, 2001; Bauman, Zygmunt. *Em busca da Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000; Bauman, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998; Castel, R. *La Métamorphoses de la question sociale*. Fayard. Paris. 1995. (Ed. Brasileira: Vozes); Chesnais, Jean Claude. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris, Laffont, 1981; Giddens, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1991; Giddens, Anthony. *Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro, Record, 2000; Ianni, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996; Ianni, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1992; Jameson, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.

⁶ Adorno, Sérgio. “Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade.” *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 10, nº 1, p. 19-47; Pegoraro, Juan. “Inseguridad y violencia en el marco del control social”. In: Tavares dos Santos, José Vicente (ed.). *Violências em tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 201-228; Ribeiro, Iselda. “Justiça. Há alguma? Conflitualidade, justiça e poder em Michel Foucault”. In: *Revista Sociologias*. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH – UFRGS, Número 1, setembro de 1999, Dossiê “Conflitualidades”, p. 340-351; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Pluralismo Jurídico e Direitos Humanos: Uma difícil e necessária equação na transição pós-moderna. In: *Revista Sociologias*. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH – UFRGS, Número 1, setembro de 1999, Dossiê “Conflitualidades”, p. 96-120; Alberto Riella. *Violência y control social: el debilitamiento del orden social moderno*. In: *Revista Sociologias*. Porto Alegre, PPG – Sociologia do IFCH – UFRGS, Número 1, setembro de 1999, Dossiê “Conflitualidades”, p. 122-145; Tavares dos Santos, José Vicente. “Michel Foucault, um pensador das redes de poder e das lutas sociais”. In: *Revista Educação, Subjetividade e Poder*. Porto Alegre, NESPE/PPG – Educação da UFRGS, Ed. UNIJUI, janeiro-junho de 1996, nº 3, p. 7-16.

⁷ Gnaccarini, José César; Moura, Margarida Maria. *Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate*. BIB, R. J., nº 5, p. 5-52, 1983; Bretas, Marcos Luiz. “O Crime na Historiografia Brasileira”. In: BIB, R. J., 32, p. 49-61, 1991; Adorno, Sérgio. “A criminalidade urbana violenta: um recorte temático”. In: Bib. R. J., ANPOCS, nº 35, 1993, p. 3-242; Tavares dos Santos, J.V. – “Crítica da Sociologia Rural e a construção de outra sociologia dos processos sociais agrários”. In: *Ciências Sociais Hoje*. S. P., ANPOCS/Vértice, 1991, p. 13 -51; Zaluar, Alba. “Violência e Crime”. In: Miceli, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. S. P., ANPOCS/Sumaré, 1999, p. 13-107; Brumer, Anita & Tavares dos Santos, J.V. “Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX)”. In: Piñero, Diego (org.). *30 Años (anos) de Sociología Rural en (na) América Latina*. Montevideo, Uruguay, Alasru – Asociación Latinoamericana de Sociología Rural / SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia, 2.000, p. 33-695; Kant de Lima, Roberto; Misse, Michel; Miranda, Ana Paula Mendes. “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia”. In: BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. R. J., nº 50, 2º semestre de 2.000, p. 45-123; Sposito, Marília Pontes. “Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil”. In: *Revista Educação e Pesquisa*. S. P. Fac. de Educação da USP, v. 27, nº 1, janeiro-junho de 2.001; Mesquita Neto, Paulo de. “Pesquisa e prática policial no Brasil”. In: *Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande Do Sul. As universidades e a construção de novos modelos de polícia*. P. A.: CORAG, 2002, p. 55-81.